



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



PANORAMA DO FENÔMENO DA EVASÃO DISCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GEOCAPES

Eduardo Francisco Fernandes
Universidade Federal de Santa Catarina
e.fernandes.adm@gmail.com

Andressa Sasaki Vasques Pacheco
Universidade Federal de Santa Catarina
andressa.ufsc@gmail.com

Fernanda Cristina da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina
fernandasilva.fcs@gmail.com

Thiago Luiz de Oliveira Cabral
Universidade Federal de Santa Catarina
thiago.cabral@ufsc.br

Viviane Santos Círio de Azevedo
Universidade Federal de Santa Catarina
viviane.labtrans@gmail.com

RESUMO

Diante do desafio que o fenômeno da evasão discente representa, especialmente no que diz respeito ao gerenciamento deste processo, sobretudo ao nível de pós-graduação, buscou-se neste artigo identificar o índice de evasão discente na pós-graduação nacional, por meio de uma pesquisa descritiva de cunho qualitativa. No tocante a caracterização da pós-graduação e identificação de modelos de cálculo do índice de evasão, ambos foram desenvolvidos diretamente na seção da fundamentação teórica. Já a sistemática de cálculo de evasão na pós-graduação, foi desenvolvida com base no sistema geocapes, estimando tanto os dados de ingressantes, como o de evasão. Este processo foi realizado na etapa de resultados. Em síntese, observa-se que o fenômeno da evasão discente não é abordado de forma satisfatória na pós-graduação. O índice de evasão chega a 30,06% no período 2015-2016. A situação fica mais crítica ao analisar o índice de evasão acumulado no período 2000-2016, o qual atinge 38,48%. Tal contexto deixa clara a necessidade de maior atenção sobre este aspecto tanto por parte dos agentes do governo, quanto das próprias instituições de ensino superior – IES.

Palavras chave: Evasão Discente. Abandono Estudantil. Índice de Evasão. Pós-Graduação.

1. INTRODUÇÃO

A abordagem do tema evasão no Brasil emergiu do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e de forma mais evidente em 1995 com a realização do seminário sobre evasão nas universidades públicas brasileiras, promovido pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e Ministério da Educação (MEC). A fim de encontrar um conceito comum e analisar o fenômeno da evasão, foi criada a Comissão Especial de Estudo sobre Evasão na busca de propostas para redução dos índices de evasão nas IES. Nesse mesmo ano, também foi abordado sobre evasão no VI Fórum de Pró-Reitores de Graduação, apontando o risco dos indicadores não contemplarem as causas mais significativas do abandono, sendo necessário o alinhamento entre evasão e retenção. Apesar dessas iniciativas, aparentemente denotam experiências sem continuidade por parte do governo e das instituições atreladas a ele, predominando estudos dispersos em algumas poucas IES (BIAZUS, 2004; BAGGI; LOPES, 2011; DAVOK; BERNARD, 2016).

Salienta-se que o fenômeno da evasão discente na abordagem científica não possui uma convergência homogênea, mormente no tocante a definição do conceito e cálculo do indicador. No entanto, um exemplo de entendimento pode ser ilustrado com base na própria Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996) ilustrando a evasão sob três perspectivas: 1) evasão do curso, quando o estudante se desliga do curso em situações diversas; 2) evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; e 3) evasão do sistema: quando o discente abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

No âmbito administrativo universitário, observa-se uma lacuna sobre o tratamento deste fenômeno no que diz respeito à sistematização de informações sobre a evasão nos cursos de graduação e pós-graduação no país. As informações inerentes a evasão muitas vezes não são percebidas pelos gestores da educação superior como ferramenta estratégica para subsidiar a formulação de efetivas políticas de permanência e planejamento institucional. A identificação das influências e possíveis causas da deserção discente, assim como o gerenciamento das informações relacionadas ao fenômeno, consolidam insumo básico para a tomada de decisão no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão (DAVOK; BERNARD, 2016).

No tocante a graduação, já se observa estudos buscando melhor sistematização das informações, a exemplo do trabalho “Evasão em Cursos de Graduação: uma análise a partir do censo da educação superior brasileira”, publicado por Silva *et al.* (2016) no XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU. Entretanto, a área carece de análise no que tange programas de pós-graduação. Especificamente neste nível, os dados podem ser obtidos por meio do GEOCAPES o Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (BRASIL, 2016). Contudo, não há dados sobre a evasão discente no Brasil. O máximo disponível são registros do número de matriculados e titulados nos programas de pós-graduação nas modalidades acadêmico e profissional. O que dificulta obter uma noção precisa e de forma eficiente sobre o contexto do fenômeno de evasão discente neste nível de ensino.

Considerando ainda que a pós-graduação compõe o topo da pirâmide do sistema de ensino superior e que na atual era do conhecimento nenhum país pode dispensá-la (STEINER, 2005), é imprescindível atenção a este nível. Principalmente sobre o enfoque da evasão discente, assunto de latente oportunidade de observação e análise. A pós-graduação brasileira se expandiu e alcançou altos padrões de qualidade, inclusive com credibilidade internacional. Este nível vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento do país, tanto em relação à formação de profissionais para os demais níveis de ensino, possibilitando melhores padrões de qualidade educacional, como na inserção de profissionais altamente qualificados no mercado de trabalho (KUENZER; MORAES, 2005).

A manutenção da pós-graduação frente às mudanças contemporâneas, visando manter e até mesmo superar os padrões de qualidade vigentes, demanda a percepção das IES, na figura de seus gestores, sobre distintos aspectos que permeiam o *habitus* universitário (*habitus* no sentido de Bourdieu, conforme apresentado por Thiry-Cherques, 2006), entre eles a evasão discente. Cabe ainda destacar que se a política de expansão do ensino superior se baseia na expansão de vagas nas IES, conhecer os fatores que estimulam a permanência e a evasão é fundamental para a concretização desta política (SILVA, 2013), sobretudo para cumprir com as metas e perspectivas de ampliação de matrículas na pós-graduação nos programas de mestrado e doutorado descritas no atual Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014).

Neste contexto, o presente artigo visa contribuir no que diz respeito a abordagem do fenômeno da evasão discente no âmbito da pós-graduação. Com ênfase na disseminação da importância deste mote, sobretudo no tocante a necessidade das IES em desenvolverem ações para o gerenciamento deste processo, com vistas a melhorar o desempenho institucional e a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo geral identificar o índice de evasão discente na pós-graduação nacional. Para isso, se apoiará no alcance dos seguintes objetivos específicos: a) caracterizar o contexto atual da pós-graduação nacional; b) identificar metodologias de cálculo de evasão discente; e c) desenvolver uma sistemática de cálculo de evasão com base nos dados de matriculados e titulados do GEOCAPES.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. PÓS-GRADUAÇÃO

Os primeiros passos da pós-graduação nacional foram dados no início da década de 1930 na proposta do estatuto das universidades brasileiras com a sugestão de Francisco Campos para implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus. Implantação efetivada posteriormente no curso de direito da Universidade do Rio de Janeiro. Com o uso formal da expressão pós-graduação no Brasil realizado pela primeira vez em 1940 no artigo 71 do referido estatuto (SANTOS, 2003).

Gouvêa (2013) relata que nos anos 1950 com o advento do modelo nacional desenvolvimentista, o governo realizou ações que apresentavam relação direta entre o processo de modernização das instituições universitárias. Inclusive a criação da própria Capes, instituída pelo decreto n. 29.741, de 11/07/1951, a qual atendia por Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e atualmente identificada como Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Maior atenção ao sistema da pós-graduação no Brasil se deu com a LDB de 1961, lei n. 4.024/61. Em seu artigo 69 discriminava os tipos de curso do ensino superior da seguinte maneira:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos (BRASIL, 1961, art. 69).

No entanto, o início para a regulamentação dos cursos de pós-graduação no Brasil partiu do Ministério da Educação em 1965, por meio do pedido ao Conselho Federal de Educação para a regulamentação dos cursos deste nível, com fulcro na LDB de 1961, vigente

na época. A solicitação possuía três motivos basilares: formação de professores competentes, objetivando atendimento da demanda crescente e intensificação da qualidade do ensino; estimular a pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; assegurar o treinamento de técnicos e trabalhadores intelectuais de alto padrão em apoio ao desenvolvimento nacional nos distintos setores de produção (CUNHA, 1974; GOUVÊA, 2013).

Nesta conjectura a CAPES em 1976 iniciou seu sistema de acompanhamento e avaliação da pós-graduação brasileira, com trabalhos alinhados ao 1º PNPG, concernente ao período de 1975-1979. Atualmente se encontra vigente o 6º PNPG compreendendo o período de 2011-2020. O Plano está organizado em cinco eixos: 1) expansão do SNPG, primazia da qualidade, quebra da endogenia e atenção à redução das assimetrias; 2) criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3) aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; 4) multidisciplinaridade e interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5) apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio. Esse plano tem em especial a articulação junto ao PNE, contemplando propostas de diretrizes e políticas do ensino de pós-graduação, fato este não ocorrido com os PNPG's anteriores (BRASIL, 2010).

A atuação da CAPES na pós-graduação contempla, principalmente, a avaliação e supervisão dos programas da categoria *stricto sensu*, a qual constitui a última etapa da educação formal. Fazem parte desta categoria os programas de mestrado e doutorado (BRASIL, 2010), cuja distribuição nacional pode ser observada na figura a seguir:

Figura 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil – Ano base 2015

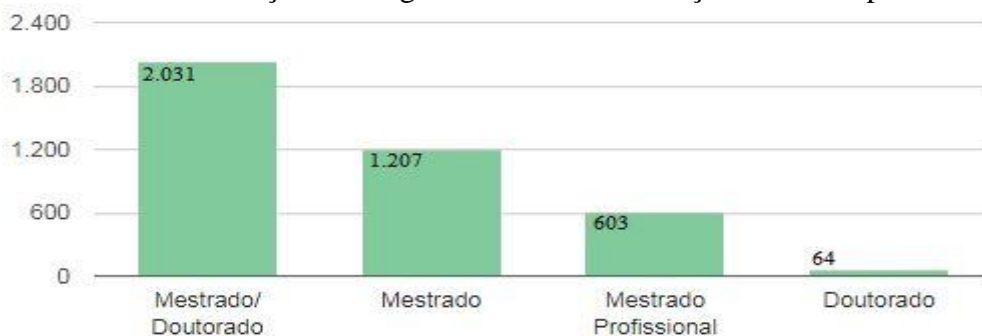


Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES (BRASIL, 2016).

Observa-se que a região litorânea possui melhor representatividade na oferta de programas de pós-graduação. Com destaque ao estado de São Paulo que abarca sozinho 869

programas. Seguido pelo Rio de Janeiro com 452 e Minas Gerais com 394, denotando a potência da região sudeste no SNPG. A 4ª e 5ª posição é ocupada, respectivamente, pelo Rio Grande do Sul, com 374 e Paraná com 305 programas. No gráfico a seguir é possível ver como ocorre a distribuição dos programas sob a perspectiva dos graus de formação.

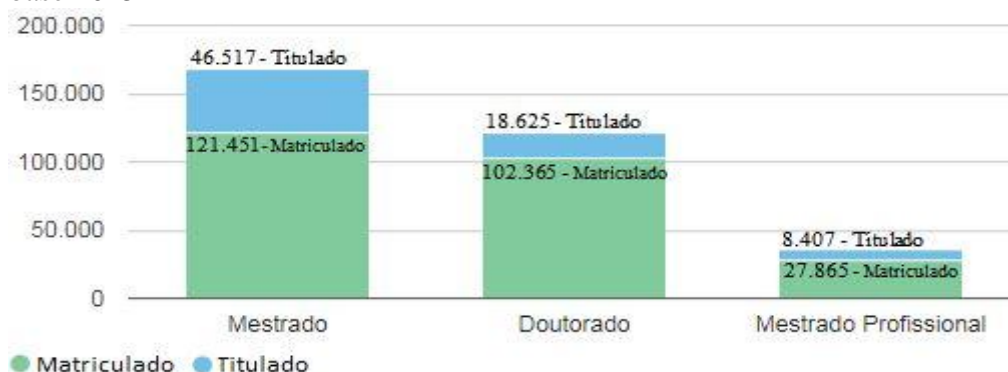
Gráfico 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil por Grau – Ano base 2015



Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES (BRASIL, 2016).

Os programas em atividade consolidam um total de 3.905 dos quais 2.031 englobam o grau de mestrado e doutorado ambos acadêmicos; 1.207 mestrado acadêmico; 603 mestrado profissional; e 64 doutorado acadêmico. No gráfico a seguir, apresenta-se o quadro de discentes na pós-graduação.

Gráfico 2 - Distribuição de Discentes de Pós-Graduação no Brasil por Grau e Situação – Ano base 2015



Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES (BRASIL, 2016).

Com relação ao número de discentes, os dados disponibilizados pela CAPES evidenciam um total de matriculados de 251.681 e 73.549 titulados. Cabe evidenciar a pouca diferença de matriculados entre doutorado e mestrado, respectivamente 40,67% e 48,6%, configurando uma simetria nesta visão geral. Já a modalidade de mestrado profissional, abarca somente 11,07%, denotando uma possibilidade de perspectivas de crescimento a fim de alcançar sua consolidação no SNPG. Em complemento a esse registro do número de discentes, oportuno evidenciar sobre a meta 14 do PNE a qual consiste em elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores (BRASIL, 2014). Com base no INEP (2016, p. 325) para o monitoramento desta meta, são utilizados dois indicadores: “Indicador 14A - Títulos de mestrado concedidos; e o Indicador 14B - Títulos de doutorado concedidos”.

Considerando a série histórica da CAPES, percebe-se uma tendência de crescimento no número de títulos de mestrado concedidos anualmente no Brasil. Em 2004 foram diplomados 26.658 mestres, ampliando para 54.924 em 2015. Referente à titulação de

doutores, em 2004 o registro consolidava um total de 8.093 titulados. Já em 2015 a quantidade chegou a 18.625 doutores diplomados. Observa-se um aumento médio relativo no período de 8,84% para o mestrado e 10,84% para doutorado. Considerando a vigência do PNE até 2.024, detecta-se a possibilidade da meta ser cumprida.

Por fim, com intuito de repassar brevemente sobre a perspectiva do financiamento no contexto da pós-graduação, evidenciam-se alguns dados para uma introdução a respeito. Destarte, verifica-se que o maior investidor neste nível é o governo federal, seguido em menor escala pelos estados, e com ínfima contribuição de outros agentes. Os aportes do governo federal constituem montantes expressivos, envolvendo diferentes ministérios e agências de fomento, cujas principais instituições são CAPES e CNPq. Na esfera estadual, destaque para as parcerias com as FAPs (BRASIL, 2010). Dentre as recomendações da CAPES no PNPG vigente sobre este assunto, podem ser destacadas: o aumento do percentual do PIB investido pelo governo em C,T&I; aumento do investimento privado; reforma do arcabouço legal para simplificação e flexibilização de processos no que tange os aspectos de suporte financeiro. A seguir é possível observar a projeção da CAPES e do CNPq para concessão de bolsa considerando os anos de 2013 e 2020.

Tabela 1 - Projeções de números de bolsas do CNPq no país, aporte orçamentário necessário e orçamento projetado.

	Nº Bolsas		Orçamento necessário ⁽¹⁾	Orçamento projetado ⁽²⁾
2013	Mestrado	10.951	R\$ 157.694.400,00	
	Doutorado	10.016	R\$ 216.345.600,00	
	Pós-Doutorado	1.518	R\$ 60.112.800,00	
	Total	22.485	R\$ 434.152.800,00	R\$ 1.191.492
2020	Mestrado	12.427	R\$ 178.948.800,00	
	Doutorado	12.734	R\$ 275.054.400,00	
	Pós-Doutorado	2.351	R\$ 93.099.600,00	
	Total	27.512	R\$ 547.102.800,00	R\$ 1.852.973

(1) orçamento anual necessário para as despesas com as bolsas, considerando os seguintes valores atuais de mensalidade: R\$ 1200 para mestrado, R\$ 1800 para doutorado e R\$ 3300 para pós-doutorado

(2) se refere a uma projeção do orçamento na ação "Bolsas no País", considerando uma média de crescimento anual de 7% no período de 1996 a 2010.

Fonte: Extraído do PNPG, Ciclo 2011/2020 (BRASIL, 2010, p. 274).

Tabela 2 - Projeções de números de bolsas da CAPES no país, aporte orçamentário necessário e orçamento projetado

	Nº Bolsas ⁽¹⁾		Orçamento necessário ⁽²⁾	Orçamento projetado ⁽³⁾
2013	Mestrado	49.751	R\$ 716.414.400,00	
	Doutorado	34.248	R\$ 739.756.800,00	
	Pós-Doutorado ⁽⁴⁾	3.325	R\$ 131.660.100,00	
	Total	87.324	R\$ 1.587.831.300,00	R\$ 1.487.047.626,31
2020	Mestrado	88.004	R\$ 1.267.257.600,00	
	Doutorado	96.791	R\$ 2.090.685.600,00	
	Pós-Doutorado ⁽⁴⁾	3.491	R\$ 138.223.800,00	
	Total	188.286	R\$ 3.496.167.000,00	R\$ 3.616.289.778,40

(1) foi considerada a projeção do mestrado calculada por Alisamento Exponencial e a do doutorado baseada no crescimento anual de 16% a partir de 2011.

(2) orçamento anual necessário para as despesas com as bolsas, considerando os seguintes valores atuais de mensalidade: R\$ 1200 para mestrado, R\$ 1800 para doutorado e R\$ 3300 para pós-doutorado

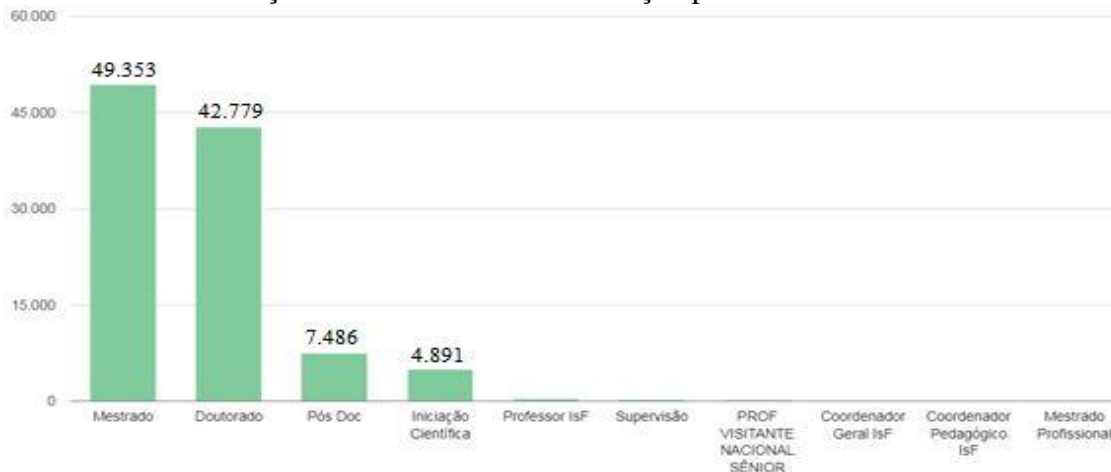
(3) se refere a uma projeção do orçamento na ação "Bolsas no País", considerando uma média de crescimento anual de 14% no período de 2003 a 2010.

(4) Considerando que o intervalo de dados de bolsas de pós-doutorado da CAPES é curto, não foi feita previsão pelo modelo estatístico, pois resultaria em baixa confiabilidade. A meta 2013 do pós-doutorado foi baseada na projeção do n° titulados calculado pelo PNPG, que corresponde a 25% do número de doutores titulados em 2012. A meta de 2020 considerou a projeção do número de titulados para 2013.

Fonte: Extraído do PNPG, Ciclo 2011/2020 (BRASIL, 2010, p. 273).

Observa-se que em 2020, considerando o somatório de ambas, a projeção de fornecimento de bolsas de mestrado é de 100.431 e bolsas de doutorado é de 109.525. Comparado com o fornecimento de bolsas em 2010, esses dados refletem um aumento de 130% e 256%, respectivamente. O crescimento do número de bolsas ainda é aquém do necessário. Assim, percebe-se a necessidade da participação de outros setores, por exemplo, a iniciativa privada, no fomento à pós-graduação para que mais pessoas sejam atraídas a buscar uma formação de qualidade (BRASIL, 2010). A seguir, é possível verificar a distribuição de bolsa por nível executada pela CAPES em 2015.

Gráfico 3 - Distribuição de Bolsas de Pós-Graduação pela CAPES no Brasil em 2015



Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES (BRASIL, 2016).

Observa-se que praticamente foi cumprido com o projetado. No entanto, as bolsas de mestrados não atingiram a meta, mas chegaram muito próximo. Já as bolsas de doutorado atingiram a meta, concedendo mais do que o projetado. Um aumento na razão de 24,91% em relação ao projetado em 2013 e concedido em 2015. E destaque para as bolsas de pós-doutorado que foram superiores a projeção, inclusive com uma razão de aumento de 125,14% em relação ao projetado no ano de 2013 e concedido em 2015.

Sem intenções de esgotar o tema, buscou-se apresentar o contexto atual do sistema nacional de pós-graduação utilizando os dados disponibilizados pela CAPES, órgão vinculado ao MEC responsável pela execução da política nacional de pós-graduação. Importante salientar que no PNPG vigente, ciclo 2011-2020, efetua-se um apanhado estatístico detalhado do histórico de crescimento deste nível, cujos dados permitem concluir que há tendência de expansão. Conforme descrito no PNPG “o sistema deverá crescer na próxima década, pois além de ser relativamente pequeno e recente, não está saturado e poderá ser convocado para novos e importantes serviços, gerando a necessidade não apenas de crescer, mas de crescer com qualidade” (BRASIL, 2010, p. 20). A seguir apresenta-se o contexto da pós-graduação com ênfase ao tema da evasão discente.

2.2. EVASÃO DISCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO

O fenômeno da evasão discente consiste num relevante tema de pesquisa ao sistema educacional, permeando de forma significativa em quase todos os níveis de ensino. No entanto, quando se fala em nível de pós-graduação a notoriedade deixa de existir e de protagonista, assume a posição de mero figurante, com alguns raros estudos nacionais sobre este mote focando este nível. É um humilde cenário com parca produção científica no que

tange a evasão e pós-graduação, salvo o âmbito internacional, cuja produção se apresenta mais consistente.

De acordo com Tinto (1989) evasão pode ser definida sob a perspectiva do indivíduo na qual desertar significa o fracasso em completar um determinado curso de ação ou alcançar uma meta desejada. Vale ressaltar que a deserção não só depende das intenções individuais, mas também dos processos sociais e intelectuais, os quais influenciam os estudantes na elaboração das metas desejadas. Além disso, algumas pessoas não estão comprometidas com o alcance da titulação universitária e nesses casos pode ocorrer a deserção, sendo mais resultado da ausência de interesse do que incapacidade em realizar as atividades acadêmicas.

Sob a perspectiva institucional, todos os estudantes que abandonam a IES podem, tendo em conta os estímulos que levam a desistência, ser classificados como desertores. A dificuldade que afronta as IES para definição de evasão consiste em identificar que tipos de abandono, entre todos os possíveis na instituição, devem ser qualificados como deserção em seu estrito sentido e quais devem ser considerados como um resultado normal do funcionamento institucional. Dessa maneira, certas formas de abandono constituem motivo particular que demanda preocupação por parte da instituição. Por outro lado, há ocorrências que refletem um contexto cuja permanência não seja interessante à universidade. Conhecer e compreender essas diferenças consolida o ponto de partida para a definição de evasão sob a perspectiva institucional e as bases para trabalhar com o fenômeno da evasão de forma efetiva e adequada. Já a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996, p. 19) definiu evasão da seguinte maneira:

Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;

Evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;

Evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

Seguindo a lógica institucional, Biazus (2004) evidencia que a evasão pode ser compreendida no que diz respeito a três aspectos:

a) Evasão Definitiva: saída definitiva da universidade a qual poderá ocorrer por abandono (aluno que não compareceu à matrícula nem requereu o trancamento nos prazos previstos no calendário escolar; ou aluno que não requereu a readmissão ou renovação do trancamento); desistência (desligamento do curso em que está matriculado, mediante pedido formal do aluno à instituição); Transferência para outra IES, mediante pedido formal;

b) Evasão Temporária: saída temporária da instituição; considerando-se todo o tipo de trancamento. Nesta situação, poderá ocorrer trancamento voluntário (afastamento temporário do curso atendendo aos requisitos formais da Instituição); evasão 'ex-officio' (aluno já integrante do corpo discente de um dos cursos da instituição, ingressando em outro curso da mesma, sem realizar o cancelamento da matrícula inicial no prazo de pré-matrícula);

c) Evasão de Curso: passagem de um curso para outro da instituição, ou seja, a transferência interna.

O abandono estudantil no ensino superior é um fenômeno complexo e demanda análise considerando um contexto histórico mais amplo, pelo fato de também ser reflexo da realidade de níveis anteriores de ensino (BAGGI; LOPES, 2011). Logo, suscitam dúvidas do tipo: Quais os motivos atrelados a deserção discente? O que fazer para evitar o abandono e ampliar o grau de permanência até a conclusão do curso? Como reter o estudante? Quais casos de desistência são adequados para sofrer intervenção institucional? Que ações estratégicas podem ser realizadas em nível institucional e externo com vistas a manutenção da efetiva educação universitária?

A evasão discente no ensino superior é um problema de âmbito nacional e internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. Verifica-se em nível mundial, que a taxa de deserção no primeiro ano de curso é duas a três vezes maior do que a dos anos seguintes, justificando muito dos estudos que se baseiam nesse período. O abandono de estudantes sem finalizar seus cursos consolida desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. Em âmbito privado, impacta na perda de receitas. Em ambos os casos, o fenômeno da evasão ocasiona a ociosidade de distintos recursos, dentre eles, financeiros, capital intelectual na figura dos professores e funcionários, bens patrimoniais e espaço físico (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

O diagnóstico da evasão pode ser realizado em distintos cenários, desde que se tenham os dados e informações pertinentes para as devidas constatações. O que pode consistir num significativo problema, visto que no contexto organizacional das IES, uma das suas dificuldades da gestão diz respeito a evasão discente. No entanto, a evasão discente poderá ser medida considerando a IES como um todo ou partes, por exemplo: curso, área de conhecimento, período de oferta de cursos e em qualquer outro universo. No tocante às IES, é possível sistematizar mecanismos de acompanhamento da deserção estudantil nas distintas instâncias da instituição. E assim, registrar as ocorrências, aglutinando-as conforme as situações, como nos casos de cancelamento, trancamento, transferência e desistência (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

De forma a retratar alguns possíveis cálculos para mensurar a evasão discente, Silva Filho *et al.* (2007) expõe três contextos:

a) Evasão anual média: mede o percentual de alunos matriculados em uma IES ou um curso, que não se formaram ou não se matricularam no semestre seguinte (ou ano seguinte, caso opte por analisar anualmente). Por exemplo, uma IES com 100 alunos matriculados em certo curso que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizeram, a evasão anual média no curso seria de 20%;

b) Evasão Anual: mede-se a perda de alunos de um ano para outro;

c) Evasão total: mede o número de alunos que, ao ingressar num determinado curso não obteve o diploma ao final em certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. Por exemplo, se 100 estudantes entraram em um curso em um determinado ano e 54 se formaram, o índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%.

No tocante às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, Platt Neto *et al.* (2008) relatam que o impacto da evasão escolar nos cursos de graduação é o de Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Porém, os autores evidenciam que este índice não contempla a evasão escolar em sua plenitude, pois alguns alunos concluem o curso em semestres posteriores. Outro índice é a Taxa de Evasão Total, numa relação de Número total de alunos evadidos (NE) pelo número total de alunos ingressantes (NI).

O cálculo do índice de evasão também é desenvolvido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. O método é denominado como Fluxo ou Acompanhamento de Estudantes e adota os cursos como unidade de análise consolidando a seguinte equação (BRASIL, 1996, p. 16):

$$\% \text{ Evasão} = \frac{(Ni - Nd - Nr)}{Ni} * 100$$

Considerando:

Nd: número de diplomados: Aluno que concluiu o curso de graduação dentro do prazo máximo de integralização curricular, fixado pelo CFE, órgão já extinto, contado a partir do ano/período-base de ingresso;

Nr: Número de retidos: Aluno que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo CFE, ainda não concluiu o curso, mantendo-se, entretanto, matriculado na universidade;

Ni (número de ingressantes no ano-base) cujo valor será o total de: Nd + Ne (número de evadidos, ou seja, Aluno que deixou o curso sem concluí-lo) + Número de Retidos, considerando o tempo máximo de integralização do curso.

Outro exemplo é a metodologia utilizada por Davok e Bernard (2016) cujos índices de evasão evidenciados em sua pesquisa são calculados com base no edital MEC/SESU nº 08/2007–REUNI, estabelecendo uma relação entre o número de concluintes e ingressantes de uma determinada turma, correspondente a um curso de quatro anos, cuja equação pode ser observada a seguir:

$$\text{Taxa de Evasão} = 1 - \frac{C_a}{I_{a-3}}$$

Onde:

C_a: é o número de concluintes em determinado ano.

I_{a-3}: é o número de ingressantes 4 anos antes em relação aos concluintes utilizados na fórmula.

No que tange as causas da evasão, existem distintos elementos que influenciam na ocorrência do processo, podendo ainda ser classificada de diferentes maneiras no tocante sua natureza. Variando de fatores individuais a institucionais (TINTO, 1989) permeando o nível acadêmico, socioeconômico e institucional (RUEDA; PINILLA, 2014); mediante fatores controláveis e não controláveis (PLATT NETO *et al.*, 2008).

Biazus (2004) evidencia que não há uma lógica uniforme que explique os fatores uma vez que estes estão relacionados aos seguintes aspectos: características individuais (como a vocação e outros problemas de ordem pessoal); elementos internos (recursos humanos, aspectos didático-pedagógicos, infraestrutura); elementos externos às IES, ligados a aspectos sociopolítico-econômicos.

Em síntese, é oportuno evidenciar que na maioria dos estudos as conclusões convergem para a ideia de que: “(...) a evasão causa diversos problemas para as instituições e sucessivamente para a sociedade, pois vagas ficam ociosas e profissionais deixam de ser formados para o mundo do trabalho. Logo, a evasão nos cursos de graduação é uma fonte de desperdício de recursos econômicos e sociais” (DAVOK; BERNARD, 2016, p. 508).

Diante deste contexto, tornam-se indispensáveis ações estratégicas que diminuam o risco de evasão e paralelamente possibilite o aumento nos níveis de graduação e pós-graduação. Dessa maneira, é necessário mensurar adequadamente os índices de evasão para compreender o contexto institucional. E, diante desta informação, desenvolver políticas institucionais, visando fomentar programas de apoio acadêmico; facilitar a transferência de estudantes entre cursos e programas; melhorar mecanismos de ingresso; melhorar a disseminação de informações no tocante aos cursos e carreiras vinculadas aos mesmos; criar programas de ajuda financeira para estudantes de baixo nível socioeconômico, principalmente oriundos de outras regiões; orientação vocacional e profissional (RUEDA; PINILLA, 2014).

3. METODOLOGIA

A respeito do tipo de estudo, uma pesquisa pode ser classificada quanto aos fins e meios (VERGARA, 2013). Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, pelo fato de levantar e expor características do fenômeno da evasão discente na pós-graduação brasileira. No que tange os meios, classifica-se como pesquisa bibliográfica com o uso de referencial teórico já publicado em livros, artigos, legislação, além do uso de dados de portais eletrônicos de instituições reconhecidas e confiáveis.

No tocante a análise e interpretação dos dados, esta mesma autora demonstra que podem ser tratados de forma quantitativa, com suporte de procedimentos estatísticos ou qualitativa por meio de codificação e apresentação dos dados de maneira estruturada. Nessa perspectiva, a análise dos dados ocorreu de forma qualitativa por meio de seleção, categorização e apresentação em quadro e diretamente no corpo de texto.

Por fim, importante ilustrar no que tange à limitação da pesquisa. De acordo com Vergara (2013) este aspecto tem a função de evidenciar até onde vai a pesquisa, a fim de evitar possíveis expectativas de resultados considerando elementos ou horizontes que não contemplam o escopo do estudo. Portanto, destaca-se que o estudo propõe sistematizar uma maneira de calcular o índice de evasão na pós-graduação nacional, mediante os dados disponibilizados no Geocapes. Para isso, foram utilizados os dados de titulados e matriculados, únicos disponíveis, e foi estimado o número de ingressantes a fim de ser possível estimar o índice de evasão discente, visto que estes dois últimos dados não são fornecidos pela CAPES. A seguir apresentam-se os resultados do presente artigo.

4. RESULTADOS

Nesse campo, demonstram-se os resultados alcançados nos objetivos propostos ao artigo. Dessa maneira, torna-se oportuno resgatar os 3 objetivos específicos para melhor ilustração dos resultados. O primeiro consistiu em a) caracterizar o contexto atual da pós-graduação nacional; e o segundo em b) identificar metodologias de cálculo de evasão discente. Estes foram explanados no decorrer da fundamentação teórica e proporcionaram ricos subsídios em apoio ao desenvolvimento do terceiro objetivo específico, a saber: c) desenvolver uma sistemática de cálculo de evasão com base nos dados de matriculados e titulados do GEOCAPES. Este objetivo demandou a consulta no sistema Geocapes. Salienta-se que nesta base não há dados disponíveis para consulta sobre o fenômeno da evasão discente na pós-graduação, constam apenas os números de estudantes matriculados e titulados.

A partir destes dois dados, estimou-se o número de ingresso e o índice de evasão ao longo da série 2000-2016. Ressalta-se, que no Geocapes os dados disponíveis para programa de pós-graduação na modalidade acadêmico e profissional, abrange o período de 1999-2016, sendo estes o considerado para a estimativa de evasão. Os dados de 1999 serviram de base

para estimar o número de ingressantes nos anos posteriores. Considerou-se também o parâmetro do último censo da educação superior (INEP, 2016), onde:

- a) Matrículas: Corresponde à soma de vínculos de aluno a um curso superior iguais a “cursando” ou “formado”.
- b) Ingressos: Corresponde ao total de vínculos de aluno com ano de ingresso no curso superior igual ao ano de referência.
- c) Concluintes: Corresponde à soma de vínculos de aluno a um curso superior igual a “formado”. Na pós-graduação, é representado pela expressão “Titulados”.

Observa-se que o total de matrículas no ano base compreende o total de alunos em curso e o total de alunos formados no mesmo ano. Já o total de alunos em curso é composto pelo total de alunos ingressantes no ano referência mais os alunos ingressantes em anos anteriores que não se formaram. Logo, matrícula é representada pela soma dos ingressantes no ano de referência + ingressantes em anos anteriores + formados no ano de referência.

Como a CAPES também não disponibiliza os dados de ingressantes na pós-graduação, utilizou-se a seguinte linha de raciocínio para o cálculo: **Ingresso no ano x = Matriculados no ano x - (Matriculados x-1 - Titulados x-1 - Titulados x)**. Os demais dados foram calculados pelo autor de acordo com os registros de matriculados, concluintes e ingressantes. Nessa perspectiva, cabe uma ressalva no tocante a estimativa dos ingressantes. O cálculo utiliza como base os dados de matriculados entre o ano base e seu antecessor, porém não é possível levar em conta casos de evasão ou trancamento de matrícula na transição entre um ano e outro. Logo, a estimativa considera que todos os alunos do ano antecessor, exceto os titulados, se matriculam no ano seguinte.

Destarte, a ocorrência de evasão e trancamento de matrícula, se consideradas, influenciariam no aumento do número de ingressantes no ano em análise. Assim, impactaria num índice ainda maior de evasão do que mensurado. Destacando a existência desta ressalva, as 3 próximas tabelas refletem a situação dos discentes na pós-graduação, assim como estimativa do índice de evasão neste nível em âmbito nacional. Apresenta-se na tabela a seguir o número de matriculados e concluintes da pós-graduação no período de 2000-2016.

Tabela 3 - Total de Matrículas, Concluintes, Ingressos e discentes cursando a pós-graduação 2000-2016

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Matriculados (Cursando + Titulados ano base)	94.456	100.443	106.068	112.229	116.260	124.048	132.420	141.661	150.118	161.068	173.412	189.635	203.717	218.867	235.050	250.641	266.818
Titulados (Titulados no ano base)	23.139	26.053	31.338	35.743	34.751	39.623	41.627	42.805	46.725	50.156	50.904	55.554	61.050	67.185	70.529	75.663	80.217
Estimativa de Ingresso (ingresso no ano referência)	52.131	55.179	63.016	73.242	74.525	82.162	89.622	93.673	97.987	107.831	113.404	122.681	130.686	143.385	153.897	161.783	172.057
Cursando (ingressantes em anos anteriores, mas ainda que não concluíram)	19.186	19.211	11.714	3.244	6.984	2.263	1.171	5.183	5.406	3.081	9.104	11.400	11.981	8.297	10.624	13.195	14.544
Cursando Total	71.317	74.390	74.730	76.486	81.509	84.425	90.793	98.856	103.393	110.912	122.508	134.081	142.667	151.682	164.521	174.978	186.601

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (BRASIL, 2016).

Os dados desta tabela denotam que, no ano de 2015, por exemplo, retirando os alunos titulados, permaneceram cursando a pós-graduação no Brasil 174.978 estudantes. Nessa linha, observa-se que em 2016 a estimativa de ingressantes totalizou 172.057 estudantes. Portanto, o total de matriculados deveria ser 347.035. Entretanto, ocorreram 266.818 matrículas, número menor do que esperado. Logo, 80.217 discentes deixaram de se matricular por algum motivo não atrelado a titulação no programa, o que representa um índice em torno de 30%. A partir desse raciocínio, consoante ao método de acompanhamento de estudantes desenvolvido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996, p. 16): elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 4 - Comparação entre matrículas estimadas e matrículas reais na pós-graduação 2001-2016

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alunos cursando no ano anterior	71.317	74.390	74.730	76.486	81.509	84.425	90.793	98.856	103.393	110.912	122.508	134.081	142.667	151.682	164.521	174.978
Ingressos no ano referência	55.179	63.016	73.242	74.525	82.162	89.622	93.673	97.987	107.831	113.404	122.681	130.686	143.385	153.897	161.783	172.057
Estimativa de matrículas para o ano referência	126.496	137.406	147.972	151.011	163.671	174.047	184.466	196.843	211.224	224.316	245.189	264.767	286.052	305.579	326.304	347.035
Matrículas reais no ano referência	100.443	106.068	112.229	116.260	124.048	132.420	141.661	150.118	161.068	173.412	189.635	203.717	218.867	235.050	250.641	266.818
Diferença entre estimado e realizado	26.053	31.338	35.743	34.751	39.623	41.627	42.805	46.725	50.156	50.904	55.554	61.050	67.185	70.529	75.663	80.217
% da diferença em relação ao estimado	25,94%	29,55%	31,85%	29,89%	31,94%	31,44%	30,22%	31,13%	31,14%	29,35%	29,30%	29,97%	30,70%	30,01%	30,19%	30,06%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (BRASIL, 2016).

A tabela permite observar uma tendência crescente no índice de evasão. Em 2001 o indicador apresentava um índice de evasão discente de aproximadamente 25,94%. Já em 2006 esse número incrementa 4,12 pontos percentuais, consolidando uma taxa de evasão estimada em 30,06%.

Esse panorama apresenta-se ainda mais crítico ao considerar os resultados acumulados ao longo da série histórica 2000-2016. Essa perspectiva é apresentada no próximo quadro. Para o cálculo, iniciou-se com o número de matrículas em 2000 (que deveriam se matricular no ano seguinte) e foi somado o número de ingressos nos anos seguintes. Posteriormente, calculou-se o total de titulados nestes anos. Diante desses dois dados, efetuou-se a diferença a fim de obter o estimativo de matrículas para 2016. Na sequência, foi realizada a comparação desta diferença sobre o número total de alunos ingressantes (1.657.529), culminando numa estimativa do índice de evasão acumulado na pós-graduação em 38,48%. Isso quer dizer que, do total de alunos ingressantes em cursos de pós-graduação, considerando o corte temporal utilizado, 38,48% não concluíram o curso nem permanecem matriculados. Na tabela a seguir, ilustra-se a consolidação deste cálculo:

Tabela 5 - Comparação entre o total de matrículas estimadas e o total de matrículas reais para os programas de pós-graduação no Brasil em 2016

MATRÍCULAS ESTIMADAS		TITULADOS	
Discentes cursando em 2000	94.456	Titulados 2000	23.139
Ingressantes 2001	55.179	Titulados 2001	26.053
Ingressantes 2002	63.016	Titulados 2002	31.338
Ingressantes 2003	73.242	Titulados 2003	35.743
Ingressantes 2004	74.525	Titulados 2004	34.751
Ingressantes 2005	82.162	Titulados 2005	39.623
Ingressantes 2006	89.622	Titulados 2006	41.627
Ingressantes 2007	93.673	Titulados 2007	42.805
Ingressantes 2008	97.987	Titulados 2008	46.725
Ingressantes 2009	107.831	Titulados 2009	50.156
Ingressantes 2010	113.404	Titulados 2010	50.904
Ingressantes 2011	122.681	Titulados 2011	55.554
Ingressantes 2012	130.686	Titulados 2012	61.050
Ingressantes 2013	143.385	Titulados 2013	67.185
Ingressantes 2014	153.897	Titulados 2014	70.529
Ingressantes 2015	161.783	Titulados 2015	75.663
Total	1.657.529	Total	752.845
COMPARAÇÃO ANO BASE 2016			
Matrículas Estimadas	Matrículas Reais	Diferença	%
904.684	266.818	637.866	38,48%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (BRASIL, 2016).

Os cálculos desenvolvidos no terceiro objetivo específico permitiram alcançar o objetivo geral proposto, ou seja, identificar o índice de evasão discente na pós-graduação nacional. Dessa maneira, observa-se que na transição 2015-2016 o índice estimado ficou em 30,06%. Ao longo da série histórica, ocorrem algumas variações do indicador com pequenas reduções em determinados anos. Cabe destacar a gravidade deste indicador ao analisar o acumulado durante a série histórica analisada, denotando um índice estimado de 38,48%.

Diante deste contexto, detecta-se a necessidade de ações gerenciais frente ao fenômeno da evasão discente, a fim de não incorrer no mesmo cenário que atualmente existe na graduação com elevados indicadores de evasão e as consequências negativas que esse processo ocasiona no sistema educacional.

5. CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo identificar o índice de evasão discente na pós-graduação nacional. Para isso, buscou atingir os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar o contexto atual da pós-graduação nacional; b) identificar metodologias de cálculo de evasão discente; e c) desenvolver uma sistemática de cálculo de evasão com base nos dados de matriculados e titulados do GEOCAPES.

Os resultados permitem observar o atendimento de todos os referidos objetivos. Em síntese, observa-se que o sistema da pós-graduação nacional, apesar de jovem, confere relevante grau de qualidade tanto em nível nacional, quanto internacional. Sua estrutura atual, considerando os dados de 2015, contempla 3.905 programas devidamente reconhecidos e autorizados, com destaque para região Sudeste do Brasil que abarca 1.781 destes programas com grande concentração na figura de três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A despeito de seu reconhecido sistema de qualidade, não está imune aos desafios inerentes ao sistema educacional brasileiro, mormente o ensino superior. Nessa perspectiva, em especial o fenômeno da evasão discente, o qual permeia todos os níveis de ensino. Contudo, com parca abordagem científica no nível de pós-graduação no contexto brasileiro. Aspecto preocupante visto que a estimativa de evasão é significativa e representa tendência crescente, ensejando esforços dos agentes governamentais sobre esta questão, assim como das próprias instituições de ensino superior. Por fim, este artigo atinge seu objetivo geral ao apresentar que a estimativa de evasão representa 30,06% na transição de 2015-2016, sendo seu índice acumulado ao longo da série histórica 2000-2016 o total de 38,48%.

Cabe destacar a contribuição deste artigo no tocante a disseminação de informações deste tema, em nível de pós-graduação, e assim estimular os agentes universitários e governamentais em ampliar a atenção sobre o aspecto do fenômeno da evasão discente.

REFERÊNCIAS

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: Uma discussão bibliográfica. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011.

BLAZUS, Cleber Augusto. Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no Curso de Ciências Contábeis. 2004. 203 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.

BRASIL. Lei n. 4024: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 27/06/2017.

_____. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. Outubro de 1996. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/diplomacao-retencao-e-evacao-nos-cursos-de-graduacao-em-instituicoes-de-ensino-superior-publicas/>> Acesso em: 20/07/2017.

_____. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Brasília, DF: CAPES, v.1. 309 p., 2010.

_____. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 03/06/2016.

_____. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sistema de Informações Georreferenciadas CAPES: GeoCapes. 2016. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>>. Acesso em: 01/07/2017.
CUNHA, Luiz Antônio C. R.. A pós graduação no Brasil: Função Técnica e Função Social. Revista Adm. de Empresas, Rio de Janeiro. v. 14, n. 5. p. 66-70, 1974.

DAVOK, Delsi Fries; BERNARD, Rosilane Pontes. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina–UDESC. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 21, n. 2, p. 503-521, 2016.

GOUVÊA, F. C. F.. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). Avaliação, Campinas, v. 18, n. 1, p. 45-68, 2013.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística da Educação Superior 2015. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 01/04/2017.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e Tramas na Pós-Graduação em Educação. Educação & Sociedade, vol. 26, núm. 93, p. 1341-1362, 2005.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Utilização de metas de desempenho ligadas à taxa de evasão escolar nas universidades públicas. Revista de Educação e pesquisa em Contabilidade, v. 2, n. 2, 2008.

RUEDA, Ruth Zárate; PINILLA, Eduardo Mantilla. La deserción estudiantil UIS, una mirada desde la responsabilidad social universitária. Zona Próxima, n. 21, p. 121-134, 2014.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, 2003.

SILVA, Fernanda Cristina da; CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Evasão em cursos de graduação: uma análise a partir do censo da educação superior brasileira. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171098/OK%20-%20101_00387%20OK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20/08/2017.

SILVA, Glauco Peres da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 311-333, 2013.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e Silva; MONTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641- 659, 2007.

STEINER, J. E.. Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira. Estudos Avançados v. 19, n. 54, p. 341-365, 2005.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 40(1): 27-55, 2006.

TINTO, Vincent. Definir la deserción: una cuestión de perspectivas. Revista de Educación Superior, XVIII v. 71. 1989.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 14. Ed. São Paulo (SP): Atlas, 94 p., 2013.